

RECURSO LOTE 04

kaka rocha <kakarochalopes@gmail.com>

seg 11/03/2024 15:58

Para:DILIC - Divisão de Licitações e Contratos <dilic@novacap.df.gov.br>;

📎 3 anexos (460 KB)

RECURSO ADMINISTRATIVO ROCHA JARDINAGEM - final - 09.02.2024 (1).pdf; DOC01.pdf; DOC02.pdf;



kaka rocha <kakarochalopes@gmail.com>

para DILIC 



sex., 8 de mar., 10:30 (há 3 dias)



BOM DIA, VENHO POR MEIO DESTA ENTREGAR O RECURSO REFERENTE AO LOTE 04.
DE ACORDO COM O ITEM 13.2 DO EDITAL E O DODF NÚMERO 45, QUE TAMBÉM SEGUE EM ANEXO ESTAMOS PROTOCOLANDO OS RECURSOS E MANDANDO TBM POR EMAIL.
ROCHA JARDINAGEM E TERRAPLANAGEM.
ATENCIOSAMENTE.
O MESMO FOI ANEXADO NO PORTAL DA LICITAÇÃO

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA
COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA COMPANHIA
URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL –
NOVACAP – DISTRITO FEDERAL**

Ref.: Procedimento Licitatório Eletrônico n. 030/2022 – DECOMP/DA

ROCHA JARDINAGEM LIMPEZA E TERRAPLANAGEM LTDA., Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o n. 37.984.333/0001-02, com sua Sede localizada no Condomínio Mestre D'Armas Módulo I, N. 06 – Setor Residencial – Planaltina-DF, CEP 73380-100, inscrita no CF/DF GDF sob o n. 07.626.349/001-74, com endereço de e-mail: acirocagemlimpeza@gmail.com, telefone 61-9109+-5851, neste ato representado pelo sócio Administrador, **CATARINO LOPES DA ROCHA**, brasileiro, maior, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade n.1003867, expedida pela SSP/DF, e inscrito no CPF sob o n. 401.060.801-30, residente e domiciliado no condomínio Mestre D'Armas, Módulo I, Lote 06 – Planaltina-DF, CEP 73403-303, ora RECORRENTE, vem à presença de Vossa Senhoria, com o devido acatamento, a tempo e modo, com arrimo na legislação vigente, interpor o presente

RECURSO ADMINISTRATIVO

Pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

I – DOS FATOS. SINOPSE NECESSÁRIA. NÃO APRESENTAÇÃO DA CERTIDÃO DE ATESTADO TÉCNICO-CAT. MOTIVO DE FORÇA MAIOR. SENTENÇA JUDICIAL. COMPROVAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICA DA RECORRENTE ROCHA JARDINAGEM.

1.1 A Recorrente, **ROCHA JARDINAGEM LIMPEZA E TERRAPLANAGEM LTDA.**, participou do Procedimento Licitatório Eletrônico n. 030/2022-DECOM/DA, dessa Companhia Urbanizadora da Nova Capital – NOVACAP e ofertou a proposta mais vantajosa à Administração Pública, cujo objeto diz respeito a *Execução de serviços de manutenção de áreas verdes (poda de grama e roçagem de vegetação espontânea e serviços correlatos)*.

1.2 Conforme consignado na Ata da Sessão de Licitação, a RECORRENTE foi indevidamente inabilitada [item 10.2 do edital]. Na argumentação apresentada pela Comissão, a RECORRENTE supostamente teria descumprido as exigências editalícia [item 9.1.4 – relativamente à qualificação técnica – subitem b.2¹]. Veja-se a decisão da Comissão:

Conforme solicitado, estamos encaminhando Análise Técnica elaborado pela área demandante da Companhia.

Lotes 04 - Rocha Transporte e Terraplenagem Ltda

Quantitativos a serem comprovados:

Lote 04: 10.276.401,69 m²

¹ 9.1.4 Relativamente à Qualificação Técnica
[...]

b.2 – Da empresa – capacidade técnica operacional:

b.2.1) As empresa PROPONENTES deverão demonstrar sua capacidade técnica operacional, comprovando ter executado, a qualquer tempo, serviços compatíveis com o objeto desta licitação, por meio de certidão(ões) e atestado (s). O (s) atestado (s) para capacidade operativa da empresa deverá (ão) ser acompanhado (s) da (s) respectiva (s) Certidão (ões) de Acervo Técnico (CAT) Em nome do profissional habilitado, que trabalhe para a sociedade ou já tenha figurado como responsável técnico da empresa, desde que conste na documentação comprobatória do acervo profissional, o nome da pessoa jurídica do licitante, bem como a empresa contratada para a execução da obra ou serviço, a teor do at. 64, § 3º, da Resolução n.º 1.025/09-CONFEA, fornecido por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado. É permitida a apresentação de diferentes atestados de capacidade técnica para cada um dos diferentes serviços. 7Deverá ser comprovada, necessariamente, a execução dos seguintes serviços apresentados na tabela supra, para o quantitativo mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) da (s) área (s) do (s) lote (s) a ser (em) adjudicado (s) nas tabelas abaixo:

Em análise da documentação de habilitação, entregue pela empresa Rocha Transporte e Terraplenagem Ltda, não foram encontrados Atestados de Capacidade Técnica e/ou Certidões que comprovem a execução dos serviços, conforme exigência do Item 10.4.3.2, do Projeto Básico do Procedimento Licitatório Eletrônico nº 030/2022 – DECOMP/DA

1.3 Dessa forma, de maneira equivocada, a Comissão declarou a RECORRENTE como inabilitada, razão da presente interposição deste Recurso Administrativo, que demonstrará o erro de análise da Administração Pública, que deverá rever o seu ato, como a seguir exposto.

1.4 Antes da exposição dos motivos que fundamentam a imprescindibilidade dos Atestados de Capacidade Técnica e/ou Certidões, é imperativo elucidar que a Rocha Jardinagem Limpeza e Terraplenagem Ltda. se deparou com um entrave extraordinário, caracterizado pela impossibilidade superveniente de obtenção do referido atestado em virtude da intransigência da Empresa Ecoterra Serviços de Limpeza Ltda., parte diretamente interessada e, simultaneamente, concorrente neste certame. Tal circunstância obstou a emissão do atestado, motivando a propositura de uma ação judicial.

1.5 A litispendência culminou em sentença judicativa que, adentrando o mérito da capacidade técnica da RECORRENTE, a reconheceu de forma cabal, mediante a prestação de serviços fulcrais ao objeto licitatório. Este decisum judicial, por sua vez, deve ser interpretado como prova inequívoca da aptidão técnica da Rocha Jardinagem, suplantando as formalidades documentais tradicionalmente exigidas pelo edital.

1.6 Em face das adversidades impostas pela recusa da Ecoterra Serviços de Limpeza Ltda., em emitir o Atestado de Capacidade Técnica, a Rocha Jardinagem Limpeza e Terraplenagem Ltda., recorreu ao Judiciário, obtendo sentença favorável que atesta sua capacidade técnica para a execução dos serviços demandados.

1.7 Essa decisão judicial, emanada sob o crivo da análise de mérito, constitui prova inequívoca de força maior, suprimindo a falta do documento originalmente requerido pelo edital, conforme previsão nos artigos 421 e 422 do Código Civil², que

² Art. 421. A liberdade contratual será exercida nos limites da função social do contrato. (Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)

Parágrafo único. Nas relações contratuais privadas, prevalecerão o princípio da intervenção mínima e a excepcionalidade da revisão contratual. (Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)

Art. 421-A. Os contratos civis e empresariais presumem-se paritários e simétricos até a presença de elementos concretos que justifiquem o afastamento dessa presunção, ressalvados os regimes jurídicos previstos em leis especiais, garantido também que: (Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)

versam sobre a boa-fé e a função social do contrato, e o **art. 67, inciso I, da Lei n. 14.133/21**, que admite a comprovação de capacidade técnica por todos os meios legais.

1.8 Destarte, a presente ação judicial e a decisão dela decorrente devem ser reconhecidas como elementos válidos para comprovação da capacidade técnica exigida, em atenção aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, afastando-se a exigência de formalidades que, no caso concreto, mostram-se impossíveis de serem atendidas. Para melhor compreensão desse quadro basta uma simples leitura do teor da r. Sentença (DOC 01) proferida nos autos do Processo n. 0705842-27.2023.8.07.0006, que tramita perante o Honrado Juízo da 1ª Vara Cível da Circunscrição Judiciária de Sobradinho-DF, que nos autorizamos a transcreve, neste recurso, conforme abaixo, **in verbis**:

1VARCIVSOB

1ª Vara Cível de Sobradinho

Número do processo: 0705842-27.2023.8.07.0006

Classe judicial: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: ROCHA JARDINAGEM LIMPEZA E
TERRAPLANAGEM LTDA

REU: ECOTERRA SERVICOS DE LIMPEZA LTDA

SENTENÇA

ROCHA JARDINAGEM LIMPEZA E TERRAPLANAGEM LTDA ajuíza ação contra ECOTERRA SERVICOS DE LIMPEZA LTDA. A parte autora alega que, no ano de 2021, celebrou contrato com a ré no qual locou tratores, prestou serviços de roçagem, acabamento de gramados e limpeza de vegetação espontânea em áreas urbanas públicas.

Informa ter sido formalizado contrato entre as partes, sendo que o contrato não englobou todos os serviços prestados, bem como que a ré não lhe entregou uma cópia do contrato.

Aduz necessitar de atestados de capacidade técnica para participar do procedimento licitatório eletrônico n. 030/2022 – DECOMP/DA,

I - as partes negociantes poderão estabelecer parâmetros objetivos para a interpretação das cláusulas negociais e de seus pressupostos de revisão ou de resolução; (Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)

II - a alocação de riscos definida pelas partes deve ser respeitada e observada; e (Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)

III - a revisão contratual somente ocorrerá de maneira excepcional e limitada. (Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)

Art. 422. Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé.

sendo-lhe exigido comprovar possuir experiência no serviço de roçagem, acabamento de gramados e limpeza de vegetação espontânea de áreas urbanas públicas.

Argumenta ter solicitado à ré o reconhecimento da prestação dos serviços indicados no edital, sendo que esta se recusou a fazê-lo, o que prejudica o direito de participar da licitação.

Alega ter executado serviços em área equivalente a 9.511.466,25 m², o que evidencia a sua capacidade técnica para participar do certame, de sorte a fazer jus à assinatura das ART's referentes às 4 ordens de serviço relativas aos serviços prestados.

Pede, em antecipação de tutela, que a ré assine e reconheça as quatro ART's em consonância com as ordens de serviço que foram juntadas aos autos, sob pena de arbitramento de multa. Em definitivo, requer a confirmação da tutela de urgência e a declaração de que a autora prestou serviços de roçagem, manutenção e limpeza de áreas públicas urbanas para a empresa ré.

A petição inicial foi instruída com documentos, dentre os quais a guia de recolhimento de custas.

Postergada a análise da antecipação da tutela (Id 158437288).

A parte ré apresenta resposta ao Id 163389095. Aduz ter celebrado contrato de locação de tratores com mão de obra especializada na operação, o que não tem o condão de transferir para a autora a responsabilidade técnica pela execução do serviço contratado pela Novacap. Nega a obrigação de emitir as ART's exigidas pela parte. Pontua terem sido juntadas 3 ART's e não 4, como afirmado pela autora.

Assevera que a autora se inscreveu no CREA em 14/03/2023, após a prestação do serviço.

Afirma que a ré litiga de má-fé.

Pugna pelo julgamento de improcedência do pedido.

Réplica ao Id 164618233. Argumento que o serviço foi executado pela autora e que, segundo os engenheiros da ré, as ART's não foram assinadas por proibição da parte ré. Reitera possuir capacidade técnica para execução do serviço. Pontua que o contrato não foi assinado pela ré por malícia. Pugna pelo julgamento de procedência do pedido deduzido na petição inicial.

Decisão de saneamento e organização processual proferida ao Id 168616306. Fixados os pontos controvertidos e distribuído o ônus da prova. Indeferida a antecipação de tutela.

Deferida a produção de provas requeridas pelas partes.

A audiência de instrução e julgamento transcorreu conforme a ata de Id 182166784. Colhida a prova oral e encerrada a instrução. As partes apresentaram alegações finais conforme registro em audiência.

Os autos vieram conclusos para sentença.

É o relatório. Decido.

Objetiva a parte autora a declaração de prestação de serviços à parte ré, bem como a assinatura de ART's relacionadas aos serviços prestados.

As notas fiscais de Id 157985424, pág. 1 a 4 evidenciam que a ré locou tratores da autora entre 07/12/2021 a 08/03/2022. Segundo as partes, os tratores foram locados com mão de obra especializada em sua operação. Os documentos de Id 157985425 indicam que a área trabalhada totaliza 9.511.466,25 m².

Segundo a prova oral, colhida em audiência, funcionários da parte autora operaram tratores da ré na execução de serviços de roçagem e acabamento de gramados públicos. Segundo a prova oral, não houve supervisão para esse tipo da ré em relação ao serviço executado.

Cabível reconhecer que a autora locou tratores operados por seus funcionários à parte ré sendo que tais equipamentos foram utilizados para executar a roçagem de 9.511.466,25 m² entre 07/12/2021 a 08/03/2021.

A parte autora sustenta que a execução do serviço lhe assegura o direito de ser reconhecida como responsável técnica pelo serviço realizado e pretende que a ré assine as ART's anexadas ao Id 157985429. O objetivo da autora é participar de licitação.

Nesse ponto, convém observar que, no caso, não se discute a possibilidade de a autora participar de licitação, mas a obrigatoriedade de a ré assinar uma ART emitida pela autora, sendo que a ART é o documento eleito pela Administração Pública para viabilizar a comprovação da capacidade técnica dos licitantes para a execução dos serviços licitados.

A ART é um documento emitido pelo CREA, cuja emissão é regulamentada pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, conforme previsto no art. 27, “f”, da Lei 5.194/66.

O art. 2º da Resolução CONFEA 1025 de 30/10/2009 possibilita aos Engenheiros, Arquitetos e Engenheiros Agrônomos inscritos no Órgão de Classe a emissão de documento para definir o responsável técnico pela execução de obras e prestação de serviços. A referida Resolução estabelece a obrigatoriedade de registro da ART para todo e qualquer contrato, escrito ou verbal. A propósito, confira-se:

Art. 3º Todo contrato escrito ou verbal para execução de obras ou prestação de serviços relativos às profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea fica sujeito ao registro da ART no Crea em cuja circunscrição for exercida a respectiva atividade.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo também se aplica ao vínculo de profissional, tanto a pessoa jurídica de direito público quanto de direito privado, para o desempenho de cargo ou função técnica que envolva atividades para as quais sejam necessários habilitação legal e conhecimentos técnicos nas profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea.

Conforme o art. 5º da referida Resolução, a ART é emitida pelo Engenheiro, Arquiteto ou Engenheiro Agrônomo responsável pela execução do serviço antes de iniciar o serviço. Nesse sentido, confira-se o art. 28 da Resolução:

Art. 28. A ART relativa à execução de obra ou prestação de serviço deve ser registrada antes do início da respectiva atividade técnica, de acordo com as informações constantes do contrato firmado entre as partes.

§ 1º (revogado)

§ 2º É vedado o registro da ART relativa à execução de obra ou à prestação de serviço concluído, cuja atividade técnica tenha sido iniciada após a data de entrada em vigor desta resolução.

No caso em análise, o serviço foi prestado entre dezembro de 2021 e março de 2022, de forma que a parte ré não pode ser obrigada a firmar ART relativa a documento expedido após a execução do serviço.

É digno de nota que, conforme as ART's de Id 157985429, os serviços se iniciaram em julho de 2021 e se encerrariam em julho de 2023. A prova oral produzida em audiência não atestou a data de início do contrato e, segundo os documentos e depoimentos colhidos não é possível concluir que em julho de 2023 a parte ré ainda prestava serviços para a parte autora. Assim, a prova produzida não confirma a declaração expressa nos documentos de Id 157985429, no que tange ao início e ao fim de cada contrato.

Ademais, conforme o documento de Id 165587899 a empresa autora cadastrou-se no CREA/DF em 14/03/2023, sendo ajustado que o início da responsabilidade técnica do profissional William Neres de Araújo, Engenheiro Agrônomo, iniciou-se em 14/03/2023, de forma que o referido profissional não pode ser considerado como responsável técnico em serviço prestado antes da inscrição da empresa no órgão de classe.

Ademais, a ART deve apresentar o efetivo responsável técnico pelo serviço no momento de sua execução. No caso, a autora prestou serviços em área inferior àquela objeto do contrato entre a ré e a

Novacap, de forma que, se fosse possível a emissão de ART, esta deveria observara as diretrizes estabelecidas nos arts. 29, 30 e 31 da Resolução.

Por todas essas razões, a parte ré não tem a obrigação de assinar as ART's de Id 157985429, dado que as ART's não observam as diretrizes da Resolução CONFEA 1025 de 30/10/2009.

A parte ré requer a condenação da parte autora por litigância de má-fé. No caso, não estão caracterizados os requisitos da litigância temerária.

Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para declarar que a parte autora prestou serviços à parte ré relacionados à roçagem de 9.511.466,25 m² entre 07/12/2021 a 08/03/2021, não estando obrigada a assinar as ART's de Id 157985429.

Diante da sucumbência parcial, condeno as partes ao pagamento de 50% das custas processuais e dos honorários advocatícios. Fixo os honorários em R\$ 2.000,00 (art. 85, § 8º).

Declaro resolvido o mérito, com fundamento no art. 487, I, do CPC. Arquivem-se oportunamente.

Sobradinho, DF, 9 de janeiro de 2024 12:11:04.

LUCIANA PESSOA RAMOS
Juíza de Direito

1.9 Diante da decisão judicial proferida no processo n. 0705842-27.2023.8.07.0006, e acima transcrita, que reconhece a capacidade técnica da Rocha Jardinagem Limpeza e Terraplenagem Ltda. através da prestação de serviços de manutenção e limpeza, incluindo roçagem de vegetação, para a Ecoterra Serviços de Limpeza Ltda., cobrindo uma área total de 9.511.466,25 m² no período de 07 de dezembro de 2021 a 08 de março de 2022, argumenta-se a favor da admissibilidade dessa sentença como comprovação substancial de capacidade técnica da RECORRENTE ROCHA JARDINAGEM.

1.10 Esta decisão, ao evidenciar a execução de serviços de grande vulto, compatíveis com o objeto do edital de licitação, supre integralmente a exigência de apresentação de Atestados de Capacidade Técnica e/ou Certidões, conforme previsto no item 10.4.3.2 do Projeto Básico.

1.11 A experiência da Rocha Jardinagem Limpeza e Terraplenagem Ltda., comprovada por meio de decisão judicial, envolve a execução de serviços de manutenção e limpeza, incluindo a roçagem de vegetação em extensas áreas, atividades estas diretamente alinhadas ao objeto da presente licitação. Diferencia-se por sua

abrangência e complexidade, elementos que são fundamentais para a prestação dos serviços licitados.

1.12 O reconhecimento judicial desta capacidade técnica evidencia não apenas a execução física dos trabalhos, mas, também, a gestão competente de equipes e recursos, a observância de padrões de qualidade e segurança, e a capacidade de cumprimento de prazos, aspectos indispensáveis para a satisfação das necessidades da administração pública. Esta sinergia entre os serviços prestados anteriormente e os requisitos específicos do edital demonstra cabalmente que a Rocha Jardinagem possui não só a experiência necessária, mas também a expertise operacional para executar as atividades requeridas, em total conformidade com os padrões exigidos pelo edital.

1.13 Assim, a RECORRENTE requer a reconsideração de sua habilitação no Procedimento Licitatório Eletrônico n. 030/2022 – DECOMP/DA, enfatizando que a decisão judicial aqui invocada reflete não apenas a conformidade com os requisitos técnicos, mas também, se alinha aos princípios de razoabilidade, proporcionalidade e justiça que devem nortear este procedimento.

1.14 Avançando na defesa da RECORRENTE, destaca-se a importância da transparência e da ética no processo licitatório, princípios basilares do Direito Administrativo, insculpidos na Lei n. 8.666/93 e na Lei n. 14.133/2021, que regulamentam as licitações e contratos administrativos.

1.15 A conduta da Ecoterra Serviços de Limpeza Ltda., ao negar a emissão dos Atestados de Capacidade Técnica, configura uma violação desses princípios, impactando negativamente a isonomia e competitividade do certame. Tal atitude não apenas prejudica a Rocha Jardinagem, mas também o próprio interesse público, ao limitar a participação de empresas capacitadas e potencialmente mais vantajosas para a administração.

1.16 Nesse sentido, apela-se ao julgamento objetivo do recurso, fundamentando essa solicitação na jurisprudência e na doutrina que preconizam a flexibilização de formalidades documentais quando estas se mostram desproporcionais ou inadequadas à comprovação de requisitos essenciais, como a capacidade técnica, especialmente quando esta pode ser inequivocamente comprovada por outros meios legítimos, como é o caso da sentença judicial a favor da RECORRENTE.

1.17 A jurisprudência tem reiteradamente reconhecido a possibilidade de suprir formalidades documentais em face da ocorrência de força maior, conforme demonstram diversos precedentes. Em situações análogas, tribunais superiores (STJ e STF) têm validado a apresentação de decisões judiciais como meio legítimo de comprovação de requisitos em licitações, quando comprovada a impossibilidade de cumprimento das exigências por motivos alheios à vontade do proponente. Tais decisões fundamentam-se

nos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e na busca pela eficiência na administração pública, reforçando a interpretação de que o direito não socorre a quem dorme, mas, também, não pode ser instrumento de injustiça por rigidez excessiva em suas formalidades. Esse é entendimento, inclusive, do egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios-TJDFT, conforme se observa do seguinte aresto, **in verbis**:

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. CONSUMIDOR. COMPRA DE PASSAGENS AÉREAS. CANCELAMENTO. DESDOBRAMENTOS DA PANDEMIA DA COVID-19. REGIME LEGAL ESPECÍFICO. LEI 14.034/2020. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. PRELIMINAR REJEITADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Não prospera a alegação da recorrente de ilegitimidade passiva, porque a parceria com a companhia aérea para a venda de passagem aérea e emissão de bilhetes as coloca na condição jurídica de solidárias na responsabilidade pela reparação de danos decorrentes da falha na prestação de serviços, porquanto integram a mesma cadeia de prestação de serviços e lucram com a parceria desenvolvida (art. 7º parágrafo único e art. 25, §1º, CDC). PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE REJEITADA. 2. A presente demanda se insere no contexto do cancelamento em massa de voos nacionais e internacionais, redução de rotas operadas pelas companhias e necessidade de reestruturação da malha aérea, em decorrência das medidas restritivas, impostas pelos diversos países, para o enfrentamento da pandemia da COVID-19. 3. A Lei n. 14.034, de 05 de agosto de 2020, lei conversora da Medida Provisória n. 925, de 18 de março de 2020, dispôs sobre medidas emergenciais para a aviação civil brasileira, com intuito de atenuar os efeitos deletérios decorrentes da crise gerada pela pandemia da COVID-19. 4. Trata-se de recurso inominado interposto pela ré/recorrente em face da sentença que julgou parcialmente procedentes os pedidos elencados na inicial para condená-la a pagar aos autores os valores despendidos com passagens aéreas e dano moral. 5. Em apertada síntese, a recorrente pede a reforma da sentença, sob as seguintes alegações: (i) cumprimento do prazo estabelecido na Lei 14.034/20, de que tratam sobre medidas emergenciais decorrentes da pandemia COVID-19; (ii) inexistência de dano moral, por se tratar de caso fortuito ou de força maior. 6. A sentença comporta reforma, em parte, pelas razões que segue. 7. É de conhecimento comum que a pandemia do Coronavírus alterou os planos de pessoas e empresas, tendo o Estado para tanto adotado medidas emergenciais, com o fito de assegurar o Direito do Consumidor. E para o descumprimento dos contratos de

transportes a ser operado no período de duração da pandemia, seja por cancelamento de voo definido pela Cia Aérea seja por pedido do consumidor, Lei Especial (14.034/2020) estabeleceu procedimento próprio de resolução do negócio, fixando prazo de reembolso em 12 meses, contado da data do voo cancelado, na forma do seu artigo 3º e parágrafos. 8. Nesse cenário normativo, o pleito autoral de reembolso dos valores pagos pela aquisição de passagens aéreas está amparado no artigo 3º, § 3º da Lei 14.034/2020, razão pela qual vai mantida a sentença, no ponto. 9. Quanto ao dano moral, embora não se olvide dos transtornos vivenciados pelos autores na tentativa de remarcarem as datas das passagens e/ou serem ressarcidos dos prejuízos com a compra, não verifico ocorrência de situação suficiente a ensejar os danos morais pleiteados. 10. A conjuntura extraordinária em que inserido o fato descrito na exordial, há que se considerar que resta configurada hipótese de fortuito externo, uma vez que os desdobramentos da pandemia da COVID-19 foram e continuam sendo capazes de afetar sobremaneira o sistema global aeroviário. 11. Os efeitos da crise decorrente da pandemia da COVID-19 mostram-se hábeis a excluir o nexo de causalidade e afastar a responsabilidade do fornecedor do serviço detransporteaéreo, por estar-se diante de eventos que ultrapassam o risco inerente à atividade. 12. Diante disso, presente a cláusula excludente de responsabilidade, não se pode condenar a recorrente à reparação de danos morais, consoante perseguido pelos consumidores. 13. De mais a mais, os autores embarcaram para o Reino Unido em período acentuado de contaminação do vírus da COVID-19, de sorte que assumiram os riscos da viagem, e ciente das diversas variantes (medidas restritivas) a impactar a regular programação da malha aérea alocal. 14. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO Para reformar a sentença a fim de afastar o dano moral. Mantido o dever de indenizar o dano material na integralidade, observado o disposto no artigo 3º, § 3º da Lei 14.034/2020. 15. Sem custas adicionais e sem condenação em honorários advocatícios à ausência de recorrente integralmente vencido (Lei n. 9099/95, Art. 55). (Acórdão 1402181, 07371615120218070016, Relator: DANIEL FELIPE MACHADO, Terceira Turma Recursal, data de julgamento: 23/2/2022, publicado no DJE: 4/3/2022. Pág.: Sem Página Cadastrada.)

1.18 Esse Acórdão demonstra a flexibilidade do judiciário na avaliação das circunstâncias que envolvem casos de força maior e como isso pode afetar as obrigações contratuais e responsabilidades, especialmente em situações extraordinárias. A

argumentação baseada em tais precedentes pode reforçar a posição de que decisões judiciais reconhecendo a capacidade técnica de uma empresa, em circunstâncias excepcionais, devem ser consideradas válidas para suprir formalidades documentais em processos licitatórios.

1.19 Assim, é necessário que a Comissão de Licitação da NOVACAP proceda com a devida ponderação entre a forma e a substância, reconhecendo a decisão judicial como elemento válido e suficiente para a comprovação de nossa capacidade técnica, em consonância com os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e do julgamento objetivo, garantindo-se, assim, a continuidade da participação da RECORRENTE no certame em igualdade de condições com os demais concorrentes.

1.20 Esta argumentação visa reforçar a necessidade de uma avaliação criteriosa e justa por parte da comissão de licitação, considerando as peculiaridades do caso e os princípios que regem a administração pública e os procedimentos licitatórios, diante da atitude da Ecoterra Serviços de Limpeza Ltda., que se furtou à emissão dos indispensáveis Atestados de Capacidade Técnica para a RECORRENTE Rocha Jardinagem Limpeza e Terraplenagem Ltda., representando uma violação flagrante aos princípios de probidade administrativa e moralidade, essenciais à licitude dos procedimentos licitatórios, conforme preconizado pela Constituição Federal em seu art. 37, *caput*, e pela legislação pertinente às licitações, a saber, a Lei n. 8.666/93 e pela Lei n. 14.133/2021. Tal conduta não somente desvirtua os princípios da competitividade leal e da isonomia, pilares do regime licitatório, mas, também, ameaça à integridade e a eficácia do processo licitatório conduzido pela NOVACAP.

1.21 Urge que, na análise das justificativas e documentos apresentados pela RECORRENTE, a NOVACAP deve ponderar tais fatos à luz dos princípios da administração pública, em especial, a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. É imperioso que a administração pública e suas entidades fomentem um ambiente de concorrência que exalte a equidade e a justiça, garantindo, desse modo, a igualdade de tratamento e oportunidade a todas as empresas capacitadas.

1.22 Invoca-se, portanto, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, embasado no art. 3º da Lei nº 8.666/93 e reiterado na Lei nº 14.133/2021, para que a NOVACAP adote as medidas cabíveis contra práticas que comprometam a paridade de condições entre os licitantes. As ações da Ecoterra, contrárias a tais princípios, devem ser motivo de análise crítica por parte da Comissão de Licitação, visando o reforço dos mecanismos de controle e a preservação da integridade do certame.

1.23 Solicita-se, assim, à NOVACAP que, no desempenho de sua função fiscalizadora, considere os efeitos das condutas da Ecoterra sobre os alicerces éticos e transparentes do processo licitatório, adotando uma postura que enalteça os valores de ética, transparência e equidade entre todos os concorrentes.

1.24 Portanto, repita-se, a conduta da Ecoterra Serviços de Limpeza Ltda., ao negar a emissão dos Atestados de Capacidade Técnica necessários à Rocha Jardinagem Limpeza e Terraplenagem Ltda., constitui uma infração aos princípios de moralidade administrativa e isonomia, essenciais ao processo licitatório, conforme estabelecido pela Lei n. 8.666/93 e reiterado pela Lei n. 14.133/2021. Tal atitude compromete a transparência e a equidade, fundamentos que devem reger a seleção de propostas em licitações públicas, tendo como consequência lógica, que a comissão de licitação da NOVACAP reavalie a documentação da RECORRENTE, considerando a decisão judicial favorável como comprovação efetiva de sua capacidade técnica, em conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade, eficiência e, sobretudo, a moralidade e isonomia, visando garantir a justa competição e o atendimento ao interesse público.

1.25 Registra-se, por absolutamente necessário que a inclusão da Rocha Jardinagem Limpeza e Terraplenagem Ltda. no certame licitatório em questão transcende a mera participação empresarial, revestindo-se de uma dimensão social significativa. Conforme delineado pelo ordenamento jurídico brasileiro, especificamente nos artigos 170 e 174 da Constituição Federal³, a ordem econômica funda-se na

³ Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

I - soberania nacional;

II - propriedade privada;

III - função social da propriedade;

IV - livre concorrência;

V - defesa do consumidor;

VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

VII - redução das desigualdades regionais e sociais;

VIII - busca do pleno emprego;

IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995)

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei. (Vide Lei nº 13.874, de 2019)

[...]

Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado. (Vide Lei nº 13.874, de 2019)

§ 1º A lei estabelecerá as diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, o qual incorporará e compatibilizará os planos nacionais e regionais de desenvolvimento.

§ 2º A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo.

§ 3º O Estado favorecerá a organização da atividade garimpeira em cooperativas, levando em conta a proteção do meio ambiente e a promoção econômico-social dos garimpeiros.

valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tendo por fim assegurar a todos uma existência digna, conforme os ditames da justiça social, e considerando a função social da empresa.

1.26 A capacidade técnica e operacional da Rocha Jardinagem, agora corroborada por decisão judicial em face da impossibilidade de apresentação de Atestados de Capacidade Técnica por força maior, insere-se perfeitamente nos objetivos da Lei n. 14.133/21, que regula o processo licitatório, visando não somente à seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública mas também à promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

1.27 Por conseguinte, a habilitação da Rocha Jardinagem não apenas fomenta a competitividade leal, em estrita observância ao princípio da isonomia, como também potencializa a realização de serviços essenciais à coletividade, estando em plena consonância com a função social da empresa. Tal função, amplamente reconhecida pela jurisprudência e doutrina pátrias, implica não somente em obrigações econômicas, mas também em compromissos sociais e ambientais, que a Rocha Jardinagem tem demonstrado cabalmente cumprir.

1.28 Assim, a habilitação da RECORRENTE no processo licitatório em tela deve ser vista sob a ótica da contribuição significativa para a concretização dos objetivos da administração pública, mormente no que tange à execução de serviços de vital importância para o bem-estar e desenvolvimento da comunidade.

1.29 Destarte, insta reconhecer a relevância da função social cumprida pela Rocha Jardinagem, em perfeita aliança com os princípios que regem a atividade econômica e a própria essência do direito administrativo.

1.30 Nesse cenário e com o objetivo de solidificar a comprovação da capacidade técnica operacional da RECORRENTE perante esse ilustre órgão licitante, propõe-se, nos termos da legislação vigente [Lei n. 14.133/21], que regula os procedimentos para licitações e contratos da Administração Pública, a realização de uma vistoria técnica nas instalações e operações da Rocha Jardinagem Limpeza e Terraplenagem Ltda., ou, alternativamente, a apresentação de documentação complementar que demonstre, in loco, a capacidade operacional efetiva, principalmente com a juntada do CAT (DOC 02), demonstrando, cabalmente, a capacidade técnica da RECORRENTE.

1.31 Esta solicitação encontra fundamento no princípio da vinculação ao instrumento convocatório, insculpido na referida Lei, bem como no princípio da

§ 4º As cooperativas a que se refere o parágrafo anterior terão prioridade na autorização ou concessão para pesquisa e lavra dos recursos e jazidas de minerais garimpáveis, nas áreas onde estejam atuando, e naquelas fixadas de acordo com o art. 21, XXV, na forma da lei.

eficiência, preconizado pela Constituição Federal em seu art. 37, *caput*⁴, visando a assegurar a mais ampla competitividade entre os licitantes, garantindo-se, assim, a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

1.32 Ademais, tal medida se alinha ao entendimento jurisprudencial que admite, em situações excepcionais, a flexibilização de certas formalidades documentais, desde que não comprometida a igualdade de condições entre todos os participantes do certame, conforme preceitua o art. 5º, *caput*, da Constituição Federal⁵, assegurando o tratamento isonômico entre os concorrentes.

1.33 Portanto, reitera-se o pedido para que seja considerada a realização de uma diligência técnica ou a análise de documentação adicional [**ver DOC 02**] como meios idôneos de averiguação da capacidade técnica da Rocha Jardinagem, corroborando a sentença judicial previamente mencionada [**ver DOC 01**] e reforçando, assim, a argumentação sobre a capacidade técnica exigida para a execução do objeto licitado.

1.34 Em virtude da necessidade de aprimorar os critérios de habilitação técnica em processos licitatórios, visando a inclusão de cláusulas que considerem circunstâncias excepcionais, como casos de força maior, é oportuno registrar que, à luz dos princípios da isonomia, da legalidade e da eficiência, que regem a Administração Pública e seus procedimentos licitatórios, conforme preceituado pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei n. 14.133/21, faz-se mister a revisão dos critérios de habilitação técnica estabelecidos para os processos licitatórios futuros.

1.35 Tal revisão se faz necessária para assegurar um processo licitatório mais justo, equitativo e inclusivo, especialmente diante de circunstâncias excepcionais e imprevisíveis, como os casos de força maior.

1.36 Propõe-se, portanto, a inclusão de cláusulas flexíveis nos editais de licitação, que permitam a avaliação de documentação alternativa ou provas substitutivas que possam atestar a capacidade técnica dos licitantes, quando comprovadamente impossibilitados de apresentar os documentos inicialmente exigidos, devido a eventos de força maior ou caso fortuito.

⁴ Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

[...]

⁵ Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

1.37 Além disso, destaca-se a relevância do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal⁶, que preconiza a necessidade de estabelecimento de condições de disputa que assegurem a igualdade de tratamento entre os concorrentes, princípio esse que deve ser observado com ainda maior rigor em situações atípicas e extraordinárias, garantindo-se, assim, a manutenção da integridade e da finalidade do processo licitatório.

1.38 Portanto, a revisão proposta almeja não somente a conformidade com o ordenamento jurídico vigente, mas também a adaptação dos procedimentos licitatórios às realidades complexas e dinâmicas enfrentadas pela sociedade e pelo mercado, assegurando que a seleção das propostas mais vantajosas para a Administração Pública não seja obstada por formalismos excessivos e inflexíveis, especialmente em face de eventos imponderáveis e de força maior.

1.39 Essa sugestão da RECORRENTE é motivo pelo só fato de a Comissão não ter ofertada a oportunidade de corrigir ou justificar a ausência da apresentação do CAT, ofendendo, assim, as regras do edital, em especial o item 11.10, que traz a seguinte redação:

[...]

11.10 Será desclassificada a proposta que, após as diligências, não corrigir ou justificar eventuais irregularidades apontadas pela Comissão Permanente de Licitação – CPL

[...]

1.40 Não houve nenhuma solicitação de correção para justificar a irregularidade da ausência de apresentação da CAT, e essa falha da Comissão gerou grande prejuízo à RECORRENTE, à medida em que decretou a sua desclassificação do Procedimento Licitatório eletrônico, deixando de lado o princípio do melhor interesse público – a essência desse princípio está na própria razão de existir da Administração, ou seja, a Administração atua voltada aos interesses da coletividade.

1.41 Em observância aos princípios de clareza e precisão, este recurso acompanha exclusivamente a sentença judicial e a Certidão de Acervo Técnico (CAT),

⁶ Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

documentos estes de fundamental importância para a comprovação da capacidade técnica da RECORRENTE. A sentença judicial, ao detalhar a natureza e o volume dos serviços prestados, supre a exigência de demonstração da capacidade operacional da empresa. Por sua vez, o CAT, emitido por órgão competente, atesta formalmente a execução dos serviços em conformidade com os padrões técnicos exigidos. Ambos são apresentados com identificação clara e precisão, garantindo sua fácil localização e análise, reforçando nosso comprometimento com a transparência e adequação às exigências do edital.

1.42 A aceitação deste recurso e a subsequente reavaliação da habilitação da Rocha Jardinagem não apenas cumprem com os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência que regem as licitações públicas, mas também reforçam os princípios de isonomia e competitividade. Permitir a nossa participação com base na evidência robusta apresentada promove uma seleção mais justa e vantajosa para a administração pública. Tal decisão contribui significativamente para a integridade do processo licitatório, assegurando que o projeto beneficie da experiência e competência técnica comprovada da Rocha Jardinagem, em total alinhamento com o interesse público.

1.43 Por fim, após analisar o conjunto probatório trazidos a esse certame pela ação judicial Processo n. 0705842-27.2023.8.07.0006 – que tramitou perante o Honrado Juízo da 1ª Vara Cível da Circunscrição Judiciária de Sobradinho/DF chega-se a conclusão que a RECORRENTE teve um direito seu cerceado, devendo, por isso, a comissão, diligenciar no sentido de reanalisar a documentação apresentada no presente recurso, tendo como consequência lógica, a habilitação da RECORRENTE e classificando-a no presente certame em primeiro nos lotes em que ela participou, ou seja, lotes 02, 03 e 05.

II – PEDIDOS

Diante de todo exposto, a RECORRENTE requer:

- a) seja acolhido e provido o presente Recurso Administrativo, com a habilitação da RECORRENTE e sua classificação em primeiro lugar na disputa licitatória eletrônico nos lotes em que participou [lotes 02, 03 e 05] por ter apresentada melhor proposta ao interesse público.
- b) Sejam realizadas as diligências necessárias para confirmação das alegações apresentadas pela RECORRENTE, ressaltando que ela está à disposição para maiores esclarecimentos que a comissão entender necessárias.
- c) Requer, finalmente, a juntada dos documentos que instruem o presente Recurso, máxime no tocante ao CAT (**ver DOC 02**), que balizará a decisão dessa comissão para habilitar a RECORRENTE e declarar vencedora dos lotes 02, 03.

Pede deferimento.

Brasília-DF 8 de março de 2024.

ROCHA JARDINAGEM
LIMPEZA E
TERRAPLANAGEM
LTDA:37984333000102

Assinado de forma digital por
ROCHA JARDINAGEM
LIMPEZA E TERRAPLANAGEM
LTDA:37984333000102
Dados: 2024.03.11 15:56:04
-03'00'

ROCHA JARDINAGEM LIMPEZA E TERRAPLANAGEM LTDA
CNPJ n. 37.984.333/0001-02
RECORRENTE



09/01/2024

Número: **0705842-27.2023.8.07.0006**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Cível de Sobradinho**

Última distribuição : **09/05/2023**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Busca e Apreensão**

Nível de Sigilo: **0 (Público)**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Advogados
ROCHA JARDINAGEM LIMPEZA E TERRAPLANAGEM LTDA (AUTOR)	
	RODRIGO DA CRUZ SANTOS (ADVOGADO)
ECOTERRA SERVICOS DE LIMPEZA LTDA (REU)	
	PAULO ROBERTO FREDERICI (ADVOGADO)

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
183183625	09/01/2024 12:12	Sentença	Sentença



Número do processo: 0705842-27.2023.8.07.0006

Classe judicial: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: ROCHA JARDINAGEM LIMPEZA E TERRAPLANAGEM LTDA

REU: ECOTERRA SERVICOS DE LIMPEZA LTDA

SENTENÇA

ROCHA JARDINAGEM LIMPEZA E TERRAPLANAGEM LTDA ajuíza ação contra ECOTERRA SERVICOS DE LIMPEZA LTDA. A parte autora alega que, no ano de 2021, celebrou contrato com a ré no qual locou tratores, prestou serviços de roçagem, acabamento de gramados e limpeza de vegetação espontânea em áreas urbanas públicas.

Informa ter sido formalizado contrato entre as partes, sendo que o contrato não englobou todos os serviços prestados, bem como que a ré não lhe entregou uma cópia do contrato.

Aduz necessitar de atestados de capacidade técnica para participar do procedimento licitatório eletrônico n. 030/2022 – DECOMP/DA, sendo-lhe exigido comprovar possuir experiência no serviço de roçagem, acabamento de gramados e limpeza de vegetação espontânea de áreas urbanas públicas.

Argumenta ter solicitado à ré o reconhecimento da prestação dos serviços indicados no edital, sendo que esta se recusou a fazê-lo, o que prejudica o direito de participar da licitação.

Alega ter executado serviços em área equivalente a 9.511.466,25 m², o que evidencia a sua capacidade técnica para participar do certame, de sorte a fazer jus à assinatura das ART's referentes às 4 ordens de serviço relativas aos serviços prestados.

Pede, em antecipação de tutela, que a ré assine e reconheça as quatro ART's em consonância com as ordens de serviço que foram juntadas aos autos, sob pena de arbitramento de multa. Em definitivo, requer a confirmação da tutela de urgência e a declaração de que a auto4a prestou serviços de roçagem, manutenção e limpeza de áreas públicas urbanas para a empresa ré.

A petição inicial foi instruída com documentos, dentre os quais a guia de recolhimento de custas.

Postergada a análise da antecipação da tutela (Id 158437288).

A parte ré apresenta resposta ao Id 163389095. Aduz ter celebrado contrato de locação de tratores com mão de obra especializada na operação, o que não tem o condão de transferir para a autora a responsabilidade técnica pela execução do serviço contratado pela Novacap. Nega a obrigação de emitir as ART's exigidas pela parte. Pontua terem sido juntadas 3 ART's e não 4, como afirmado pela autora.

Assevera que a autora se inscreveu no CREA em 14/03/2023, após a prestação do serviço.

Afirma que a ré litiga de má-fé.

Pugna pelo julgamento de improcedência do pedido.

Réplica ao Id 164618233. Argumento que o serviço foi executado pela autora e que, segundo os engenheiros da ré, as ART's não foram assinadas por proibição da parte ré. Reitera possuir capacidade técnica para execução do serviço. Pontua que o contrato não foi assinado pela ré por malícia. Pugna pelo julgamento de procedência do pedido deduzido na petição inicial.

Decisão de saneamento e organização processual proferida ao Id 168616306. Fixados os pontos controvertidos e distribuído o ônus da prova. Indeferida a antecipação de tutela.

Deferida a produção de provas requeridas pelas partes.

A audiência de instrução e julgamento transcorreu conforme a ata de Id 182166784. Colhida a prova oral e encerrada a instrução. As partes apresentaram alegações finais conforme registro em audiência.

Os autos vieram conclusos para sentença.

É o relatório. Decido.

Objetiva a parte autora a declaração de prestação de serviços à parte ré, bem como a assinatura de ART's relacionadas aos serviços prestados.

As notas fiscais de Id 157985424, pág. 1 a 4 evidenciam que a ré locou tratores da autora entre 07/12/2021 a 08/03/2022. Segundo as partes, os tratores foram locados com mão de obra especializada em sua operação. Os documentos de Id 157985425 indicam que a área trabalhada totaliza 9.511.466,25 m².

Segundo a prova oral, colhida em audiência, funcionários da parte autora operaram tratores da ré na execução de serviços de roçagem e acabamento de gramados públicos. Segundo a prova oral, não houve supervisão para esse tipo da ré em relação ao serviço executado.

Cabível reconhecer que a autora locou tratores operados por seus funcionários à parte ré sendo que tais equipamentos foram utilizados para executar a roçagem de 9.511.466,25 m² entre 07/12/2021 a 08/03/2021.

A parte autora sustenta que a execução do serviço lhe assegura o direito de ser reconhecida como responsável técnica pelo serviço realizado e pretende que a ré assine as ART's anexadas ao Id 157985429. O objetivo da autora é participar de licitação.

Nesse ponto, convém observar que, no caso, não se discute a possibilidade de a autora participar de licitação, mas a obrigatoriedade de a ré assinar uma ART emitida pela autora, sendo que a ART é o documento eleito pela Administração Pública para viabilizar a comprovação da capacidade técnica dos licitantes para a execução dos serviços licitados.

A ART é um documento emitido pelo CREA, cuja emissão é regulamentada pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, conforme previsto no art. 27, "f", da Lei 5.194/66.

O art. 2º da Resolução CONFEA 1025 de 30/10/2009 possibilita aos Engenheiros, Arquitetos e Engenheiros Agrônomos inscritos no Órgão de Classe a emissão de documento para definir o responsável



técnico pela execução de obras e prestação de serviços. A referida Resolução estabelece a obrigatoriedade de registro da ART para todo e qualquer contrato, escrito ou verbal. A propósito, confira-se:

Art. 3º Todo contrato escrito ou verbal para execução de obras ou prestação de serviços relativos às profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea fica sujeito ao registro da ART no Crea em cuja circunscrição for exercida a respectiva atividade.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo também se aplica ao vínculo de profissional, tanto a pessoa jurídica de direito público quanto de direito privado, para o desempenho de cargo ou função técnica que envolva atividades para as quais sejam necessários habilitação legal e conhecimentos técnicos nas profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea.

Conforme o art. 5º da referida Resolução, a ART é emitida pelo Engenheiro, Arquiteto ou Engenheiro Agrônomo responsável pela execução do serviço antes de iniciar o serviço. Nesse sentido, confira-se o art. 28 da Resolução:

Art. 28. A ART relativa à execução de obra ou prestação de serviço deve ser registrada antes do início da respectiva atividade técnica, de acordo com as informações constantes do contrato firmado entre as partes.

§ 1º (revogado)

§ 2º É vedado o registro da ART relativa à execução de obra ou à prestação de serviço concluído, cuja atividade técnica tenha sido iniciada após a data de entrada em vigor desta resolução.

No caso em análise, o serviço foi prestado entre dezembro de 2021 e março de 2022, de forma que a parte ré não pode ser obrigada a firmar ART relativa a documento expedido após a execução do serviço.

É digno de nota que, conforme as ART's de Id 157985429, os serviços se iniciaram em julho de 2021 e se encerrariam em julho de 2023. A prova oral produzida em audiência não atestou a data de início do contrato e, segundo os documentos e depoimentos colhidos não é possível concluir que em julho de 2023 a parte ré ainda prestava serviços para a parte autora. Assim, a prova produzida não confirma a declaração expressa nos documentos de Id 157985429, no que tange ao início e ao fim de cada contrato.

Ademais, conforme o documento de Id 165587899 a empresa autora cadastrou-se no CREA/DF em 14/03/2023, sendo ajustado que o início da responsabilidade técnica do profissional William Neres de Araújo, Engenheiro Agrônomo, iniciou-se em 14/03/2023, de forma que o referido profissional não pode ser considerado como responsável técnico em serviço prestado antes da inscrição da empresa no órgão de classe.

Ademais, a ART deve apresentar o efetivo responsável técnico pelo serviço no momento de sua execução. No caso, a autora prestou serviços em área inferior àquela objeto do contrato entre a ré e a Novacap, de forma que, se fosse possível a emissão de ART, esta deveria observara as diretrizes estabelecidas nos arts. 29, 30 e 31 da Resolução.

Por todas essas razões, a parte ré não tem a obrigação de assinar as ART's de Id 157985429, dado que as ART's não observam as diretrizes da Resolução CONFEA 1025 de 30/10/2009.

A parte ré requer a condenação da parte autora por litigância de má-fé. No caso, não estão caracterizados os requisitos da litigância temerária.



Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para declarar que a parte autora prestou serviços à parte ré relacionados à roçagem de 9.511.466,25 m² entre 07/12/2021 a 08/03/2021, não estando obrigada a assinar as ART's de Id 157985429.

Diante da sucumbência parcial, condeno as partes ao pagamento de 50% das custas processuais e dos honorários advocatícios. Fixo os honorários em R\$ 2.000,00 (art. 85, § 8º).

Declaro resolvido o mérito, com fundamento no art. 487, I, do CPC.

Arquivem-se oportunamente.

Sobradinho, DF, 9 de janeiro de 2024 12:11:04.

LUCIANA PESSOA RAMOS

Juíza de Direito





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal

Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal - Crea-DF o Acervo Técnico do profissional WILLIAM NERES DE ARAUJO referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **WILLIAM NERES DE ARAUJO** RNP: **1006645896** Registro: **1006645896/D-GO**

Título profissional: **Engenheiro Agrônomo**

Número da ART: **0720230022032** Tipo de ART: Obra ou serviço. Registrada em: 17/03/2023 Baixada em: 20/05/2022

Forma de registro: Inicial

Participação técnica: Individual

Empresa contratada: 16086 - ROCHA JARDINAGEM LIMPEZA E TERRAPLANAGEM LTDA

Contratante: ECOTERRA SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA CPF/CNPJ: 07291854000113

Rua Armando Longatti (Jardim São Vicente) Número: 126 Bairro: Vila Industrial CEP: 13412425

Cidade: Piracicaba UF: SP

Complemento:

E-Mail: katia.yamamoto@ecoterra.com.br

Fone: (19) 34271226

Contrato:

Celebrado em: 01/07/2021

Valor R\$: 31109.42

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Privado

Ação institucional: Nenhuma/Não Aplicável

Endereço da Obra/Serviço: Rodovia BR-020 - do km 16,001 ao km 17,000

Número: 00

Bairro: Planaltina

CEP: 73391710

Cidade: Brasília UF: DF

Complemento: Região de Sobradinho e Planaltina

Data de Início: 01/01/2022

Conclusão efetiva: 20/05/2022

Coordenadas Geográficas: -
15.600928297991336, -
47.668666541576385

Finalidade: Agrícola Código/Obra pública:

Proprietário(a): ECOTERRA SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA CPF/CNPJ: 07291854000113

E-Mail: katia.yamamoto@ecoterra.com.br

Fone: (19) 34271226

Execução Condução de equipe de operação Agronomia, Agrícola, Florestal, Pesca e Aquicultura Mecanização Agrícola de implemento para fins rurais 350000.0000 metros quadrados

Observações

Roçagem de gramados e vegetação espontânea. Área urbanas e rurais, Públicas e privadas. Parques Urbanos ecológicos rodovias e áreas confinadas.

Número da ART: **0720230022048** Tipo de ART: Obra ou serviço. Registrada em: 17/03/2023 Baixada em: 23/06/2022

Forma de registro: Inicial

Participação técnica: Individual

Empresa contratada: 16086 - ROCHA JARDINAGEM LIMPEZA E TERRAPLANAGEM LTDA

Contratante: ECOTERRA SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA CPF/CNPJ: 07291854000113

Rua Armando Longatti (Jardim São Vicente) Número: 126 Bairro: Vila Industrial CEP: 13412425

Cidade: Piracicaba UF: SP

Complemento:

E-Mail: katia.yamamoto@ecoterra.com.br

Fone: (19) 34271226

Contrato:

Celebrado em: 01/07/2021

Valor R\$: 31109.42

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Privado

Ação institucional: Nenhuma/Não Aplicável

Endereço da Obra/Serviço: Rodovia BR-020 - do km 16,001 ao km 17,000

Número: 00

Bairro: Planaltina

CEP: 73391710

Cidade: Brasília UF: DF

Complemento: Região de Sobradinho e Planaltina

Data de Início: 01/01/2022

Conclusão efetiva: 23/06/2022

Coordenadas Geográficas: -
15.600928297991336, -
47.668666541576385

Finalidade: Agrícola Código/Obra pública:

Proprietário(a): ECOTERRA SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA CPF/CNPJ: 07291854000113

E-Mail: katia.yamamoto@ecoterra.com.br

Fone: (19) 34271226

Condução de equipe de operação Agronomia, Agrícola, Florestal, Pesca e Aquicultura Mecanização Agrícola de equipamentos para fins rurais 1500000.0000 metros quadrados Execução Condução de equipe de operação Agronomia, Agrícola, Florestal, Pesca e Aquicultura Mecanização Agrícola de implemento para fins rurais 350000.0000 metros quadrados Condução de equipe Execução de operação Agronomia, Agrícola, Florestal, Pesca e Aquicultura Mecanização Agrícola de equipamentos para fins rurais 9000000.0000 metros quadrados	
Observações	
Roçagem de gramados e vegetação espontânea. Área urbanas e rurais, Publicas e privadas. Parques Urbanos ecológicos rodovias e áreas confinadas.	
Número da ART: 0720230022027 Tipo de ART: Obra ou serviço. Registrada em: 17/03/2023 Baixada em: 22/09/2022 Forma de registro: Inicial Participação técnica: Individual Empresa contratada: 16086 - ROCHA JARDINAGEM LIMPEZA E TERRAPLANAGEM LTDA Contratante: ECOTERRA SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA CPF/CNPJ: 07291854000113 Rua Armando Longatti (Jardim São Vicente) Número: 126 Bairro: Vila Industrial CEP: 13412425 Cidade: Piracicaba UF: SP Complemento: E-Mail: katia.yamamoto@ecoterra.com.br Fone: (19) 34271226 Contrato: Celebrado em: 01/07/2021 Valor R\$: 23855.00 Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Privado Ação institucional: Nenhuma/Não Aplicável Endereço da Obra/Serviço: Rodovia BR-020 - do km 16,001 ao km 17,000 Número: 00 Bairro: Planaltina CEP: 73391710 Cidade: Brasília UF: DF Complemento: Região de Sobradinho e Planaltina Coordenadas Geográficas: - Data de Início: 01/01/2022 Conclusão efetiva: 22/09/2022 15.600928297991336, - 47.668666541576385 Finalidade: Agrícola Código/Obra pública: Proprietário(a): ECOTERRA SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA CPF/CNPJ: 07291854000113 E-Mail: katia.yamamoto@ecoterra.com.br Fone: (19) 34271226 Execução Condução de equipe de operação Agronomia, Agrícola, Florestal, Pesca e Aquicultura Mecanização Agrícola de implemento para fins rurais 200000.0000 metros quadrados	
Observações	
Roçagem de gramados e vegetação espontânea. Área urbanas e rurais, Publicas e privadas. Parques Urbanos ecológicos rodovias e áreas confinadas.	

CERTIFICAMOS QUE A CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO - CAT FOI CONCEDIDA ADMINISTRATIVAMENTE PELA SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E TÉCNICA. CERTIDÃO VÁLIDA PARA O PROFISSIONAL ACIMA CITADO, DENTRO DOS SERVIÇOS CONDIZENTES COM SUAS ATRIBUIÇÕES PROFISSIONAIS.

Certidão de Acervo Técnico n° 0720240000251
Data: 07/02/2024 Hora: 10:33:11
Código de Controle: B4G4Z4T5I8



A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.
 A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnicoprofissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.
 A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.
 A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-DF (www.creadf.org.br).
 A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.